

POR UM EMPREENDEDORISMO INTERSECCIONADO: UMA PROPOSTA DE DIÁLOGO NO BRASIL

MARIANA MARQUES DE LIMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)

JULIANA CRISTINA TEIXEIRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)

Agradecimento à orgão de fomento:

Agradeço à Fapes pela bolsa de doutorado.

POR UM EMPREENDEDORISMO INTERSECCIONADO: UMA PROPOSTA DE DIÁLOGO NO BRASIL

1 Introdução

O empreendedorismo é frequentemente celebrado como motor de progresso econômico e inovação, consolidando-se como um dos pilares das economias modernas (Landström & Benner, 2010; Landström, 2020; Kibler & Laine, 2024). Desde os economistas clássicos, como Richard Cantillon e Joseph Schumpeter, a figura do empreendedor tem sido associada à capacidade de assumir riscos e promover mudanças no mercado (Schumpeter, 1961; Landström & Benner, 2010). Ao longo do tempo, consolidou-se uma narrativa dominante que exalta o empreendedor como herói: um indivíduo visionário, resiliente e autossuficiente – frequentemente representado por figuras como Mark Zuckerberg, Steve Jobs e Richard Branson – que conquista o sucesso por mérito próprio (Ogbor, 2000; Tedmanson et al., 2012; Ben-Hafaïedh et al., 2024; Johnsen & Sørensen, 2017; Kibler & Laine, 2024). Essa idealização, geralmente marcada por um perfil masculino, branco e ocidental, reforça o imaginário neoliberal do mérito individual, mas negligencia contextos sociais, culturais e estruturais que impactam as trajetórias empreendedoras, sobretudo de grupos historicamente marginalizados (Tedmanson et al., 2012; Marlow, 2020).

Críticas crescentes, especialmente nos estudos organizacionais críticos e feministas, têm evidenciado como o mito do herói empreendedor perpetua desigualdades e invisibiliza marcadores sociais como gênero, raça e classe (Calás et al., 2009; Dy & MacNeil, 2023). No contexto brasileiro, essa problemática se revela ainda mais complexa. Dados do SEBRAE (2023) mostram que 52% dos empreendedores no país são negros, mas seus rendimentos são, em média, 32% inferiores aos dos brancos – chegando a 42% a menos quando se trata de mulheres negras. Uma pesquisa recente com 900 líderes brasileiros revelou que apenas 3% eram mulheres negras (Lima & Mascena, 2024). Além disso, relatórios nacionais como o Global Entrepreneurship Monitor (GEM, 2023), evidenciam a ausência de dados interseccionais, o que invisibiliza experiências de mulheres negras empreendedoras e limita a compreensão das dinâmicas de exclusão no campo.

Diante desse cenário, torna-se insuficiente analisar o empreendedorismo apenas com base em categorias sociais isoladas. Diversos autores defendem que múltiplos marcadores sociais interagem de forma complexa na conformação das trajetórias empreendedoras, especialmente para mulheres e outros grupos subalternizados (Lima & Mascena, 2024; Dy & MacNeil, 2023). A perspectiva interseccional, originada no feminismo negro, emerge como uma abordagem crítica fundamental para desconstruir narrativas hegemônicas e analisar como diferentes sistemas de opressão e privilégio se sobrepõem, criando experiências únicas de marginalização (Crenshaw, 1997; Akotirene, 2019). Apesar de seu potencial analítico, o diálogo entre empreendedorismo e interseccionalidade ainda é incipiente, tanto na literatura internacional (Knight, 2016; Banerjee, 2019; Dy & MacNeil, 2023; Ghosh, 2024; Yamamura & Lassalle, 2024), quanto no contexto brasileiro (ver em Elias & Machado, 2024; Matos & Oliveira, 2025).

Este ensaio teórico busca estabelecer um diálogo crítico entre dois campos de origem e tradição distintas: o empreendedorismo, historicamente vinculado à economia neoliberal e ao discurso do *self-made man*, e a interseccionalidade, com raízes no feminismo negro, enraizada na crítica estrutural social. A partir de uma revisão crítica da literatura, propomos o conceito de “empreendedorismo

interseccionado” como uma analítica crítica, ancorada na interseção de múltiplos sistemas de opressão e privilégio, com o objetivo de reorganizar as lentes analíticas do campo a partir da coletividade, da reflexividade e da contextualização.

Teoricamente, a proposta de um empreendedorismo interseccionado contribui para questionar fundamentos epistemológicos do campo, ao confrontar narrativas universalistas, individualistas e meritocráticas que ainda predominam em parte significativa da literatura. Ao integrar aportes do feminismo negro, das epistemologias do Sul e dos estudos organizacionais críticos (como Lélia Gonzalez e bell hooks), esta abordagem amplia o escopo teórico do empreendedorismo, propondo novos sujeitos, objetos e categorias de análise. As categorias de mediação — prática reflexiva, contextualização e coletividade — funcionam, assim, como dispositivos analíticos que permitem repensar o campo de forma situada, plural e politicamente comprometida.

Na prática, no campo da pesquisa, a proposta aponta para a necessidade de metodologias mais sensíveis às interações entre marcadores sociais, especialmente de raça, superando abordagens universalistas e descontextualizadas. No ensino, convida à revisão crítica dos materiais e narrativas que formam empreendedores (as), promovendo currículos que valorizem a diversidade de trajetórias, saberes e práticas. E no plano das práticas empreendedoras, estimula-se uma leitura mais relacional, colaborativa e situada das iniciativas econômicas, em contraste com o ideal do sujeito autônomo e desvinculado de seu contexto.

2 Empreendedorismo: sobre o mito do herói e quem ele (des) favorece?

Apesar da diversidade do fenômeno do empreendedorismo, a consolidação do campo acadêmico ocorreu sob forte influência economicista, com foco no indivíduo e na lógica de mercado (Tedmanon et al., 2012; Landström, 2020). Com isso, a literatura da área segue tendendo a reforçar um discurso desenvolvimentista e funcionalista, legitimando o empreendedorismo dentro de uma racionalidade neoliberal (Calás et al., 2009; Ferraz & Ferraz, 2022).

A chamada Era econômica do empreendedorismo promoveu uma imagem individualizada do empreendedor — independente, criativo, arriscado — que vem sendo interpretada como o “mito do herói empreendedor” (Williams & Nadin, 2013; Johnsen & Sørensen, 2017; Ferraz & Ferraz, 2022). Mars (2023) associa essa construção ao heroísmo como ação pró-social apesar do risco, presente em diversas esferas culturais, e que se conecta a narrativas difundidas nas redes, na mídia e no imaginário coletivo. Kibler e Laine (2024) observam que o empreendedor passou a ser visto quase como um “Messias”, cuja trajetória é constantemente replicada em currículos acadêmicos, discursos políticos e na mídia, ancorada em Schumpeter como figura legitimadora.

Estudos críticos tendem a argumentar que não existe um modelo do empreendedor ideal, ou seja, não existem qualidades especiais individuais que expliquem comportamentos que impulsionem a criação de empreendimentos (Verdujin et al., 2014; Johnsen & Sørensen, 2017; Ramoglou, Gartner & Tsang, 2020). Apesar disso, diversos estudos seguem buscando descobrir e comprovar a existência de um ‘gene empreendedor’ que comprove traços diferenciados de personalidade (ver em Ramoglou, Gartner & Tsang, 2020). A incapacidade de caracterizar precisamente a personalidade empreendedora, segundo Johnsen e Sørensen (2017), leva a uma falta de estrutura conceitual do campo, o tornando vago e ambíguo. Para eles, essa falta, no entanto, não é por acaso, mas serve a propósitos ideológicos.

A ideia da figura heroica do empreendedor está diretamente ligada ao

capitalismo, retratada como aquele capaz de lançar novos produtos, serviços e modos de produção na economia (Ferraz & Ferraz, 2022). Além disso, existe um discurso padrão dominante que reforça o mito do herói empreendedor e que reflete o arquétipo do homem branco, “masculino” e que possui “qualidades supernormais” (Ogbor, 2000, p.607). A existência de uma espécie de meganarrativa cria verdades universais, como essa da figura do empreendedor padrão, que acaba por excluir todas as outras que fogem da ‘normalidade’, colocando a margem grupos sociais com gênero, classe e etnia diferentes (Ogbor, 2000).

Analisar o empreendedorismo a partir de uma visão crítica é dar visibilidade a essas e diversas outras questões atreladas ao discurso normativo vigente. Análises críticas no campo do empreendedorismo começaram a surgir no final dos anos de 1980 e têm ganhado força, principalmente nas últimas duas décadas (Gartner, 1988; Ogbor, 2000; Tedmanson et al., 2012; Verdujin et al., 2014; Dey et al., 2022). Tem havido uma atenção crescente à diversidade e heterogeneidade nos estudos de empreendedorismo, segundo Dy e MacNeil (2023), não apenas nas questões que envolvem a inclusão, mas também as de desigualdade social. Para as autoras é imprescindível que os estudos críticos deixem de ser um campo marginal em um campo de estudos de empreendedorismo dominado pela economia. A perspectiva crítica “pode ajudar a desvendar, revelar ou perceber o que muitas vezes está enterrado sob ou contido dentro das suposições ‘tidas como certas’ que sustentam os estudos de empreendedorismo” (Verdujin et al., 2014, p. 99).

Os estudos críticos em empreendedorismo constituem um campo inter e multidisciplinar, buscando desmistificar a ideia do herói empreendedor e do empreendedorismo como um fenômeno exclusivamente de mercado (Dey et al., 2022). A partir da perspectiva crítica busca-se discutir outras questões como desigualdades, contradições, paradoxos e ambiguidades (Tedmanson et al., 2012). Embora não exista uma única corrente de empreendedorismo crítico, Calás et al. (2009) destacam que o que os estudos críticos têm em comum é questionar ‘quem’ e ‘o que’ vem sendo representado nos principais referenciais teóricos do campo, e quem e o que são deixados de fora. A ideia, portanto, é criticar o que está posto, o que é hegemônico, partindo para o contra hegemônico, dando o devido protagonismo aos que estão à margem (Marlow, 2020).

Cabe ressaltar que, assim como o campo tradicional de empreendedorismo é retratado como multidisciplinar e fragmentado, a pesquisa crítica em empreendedorismo também o é, devido às suas linhagens teóricas heterogêneas e interesses diversos, operando em diferentes disciplinas, posições teóricas e paradigmas (Dey et al., 2022). Há, por exemplo, estudos críticos que focam em desmascarar o empreendedorismo como atividade inerentemente positiva (Ituassu, 2012; Tedmanson et al., 2012; Carmo et al., 2021; Dey et al., 2022; Ferraz & Ferraz, 2022); e aqueles que investigam grupos sub-representados ou grupos sociais com menos acesso a oportunidades (Ahl, 2006, Calás, Smircich & Bourne, 2009; Phillips & Knowles, 2012; Dy & MacNeil, 2023).

De maneira geral, o paradigma funcionalista é dominante nas principais pesquisas de empreendedorismo em todo o mundo, sendo seus fundamentos ontológicos baseados nas relações positivistas entre variáveis, segundo Marlow (2020). Isso implica em dizer que há uma lógica associada às atividades empreendedoras, de forma que quando elas são bem-sucedidas, geram resultados sociais positivos, como a criação de empregos e bem-estar social. Para a autora, os “benefícios do neoliberalismo” são reforçados por meio da promessa de recompensas

individuais em um discurso que incentiva o empreendedorismo “sob o disfarce de trabalho autônomo e criação de novos empreendimentos como um caminho para a autorrealização e recompensa pessoal” (Marlow, 2020, p.4).

A partir de um debate socioeconômico de classe, o que se vê é que o empreendedorismo é uma estratégia do capitalismo que posiciona o sujeito como agente de crescimento econômico e mudança social, transferindo a ele a atribuição de gerar postos de trabalho, de modo a garantir ordem e progresso. É o que se chama de ‘Estado Mínimo’ (Carmo et al., 2021). Também a partir de uma análise de classe, Ferraz e Ferraz (2022), contextualizam o empreendedorismo brasileiro ao destacar que, apesar do discurso e das promessas de desenvolvimento econômico, o que se tem no país é a elevação das taxas de desemprego e o aumento da desigualdade social. Vemos na prática jornadas exaustivas de trabalho para conseguir manter pequenos negócios abertos e em movimento. Além disso, muitos dos empreendimentos contam muitas vezes com a ajuda de familiares, sem condições de ter funcionários e sem perspectiva de melhoria e de crescimento, com baixos rendimentos anuais e sem inovação tecnológica (Ferraz e Ferraz, 2022).

O modelo de políticas ultraneoliberais importado do Norte Global, vendido como solução econômica mundial, levou a desregulamentação do mercado de trabalho no Sul Global (Druck, 2021). No Brasil, por exemplo, para além do crescimento do empreendedorismo no país, considerado atualmente como o 2º em empreendedores potenciais no mundo (GEM, 2023), há o outro lado da moeda que são: 40 milhões de trabalhadores na informalidade e 68 milhões de pessoas sem proteção social e trabalhista no Brasil. A precarização do trabalho, processo pelo qual relações laborais se tornam instáveis, gerando inseguras e falta de garantias jurídicas e sociais para o trabalhador, não atinge apenas trabalhadores formais, mas principalmente aqueles à margem. Estes acabam ‘forçados’ a empreender, sob o forte lema neoliberal de: ‘seja você seu próprio empregador’ (Druck, 2021).

O lema do ‘empreendedor de si’, e o mito do herói empreendedor, já estão embutidos na cabeça da população brasileira. Segundo dados do GEM, o desejo de ‘ter o seu próprio negócio’ ocupa a terceira posição de uma lista dos 15 principais desejos dos brasileiros, perdendo apenas para ‘viajar pelo Brasil’ e ‘comprar a casa própria’ (GEM, 2023). A partir da realidade brasileira, percebemos que, apesar da construção da ideia do mito do herói empreendedor ter sido desenvolvida no Norte Global, sua difusão atingiu diretamente países do Sul Global. Estudos críticos como os citados, têm buscado analisar o empreendedorismo a partir do marcador classe, desmistificando a ideia do empreendedorismo como única meta de vida viável para todos os sujeitos (Carmo et al., 2021; Druck, 2021; Ferraz & Ferraz, 2022), além de combater o discurso do mito do herói empreendedor neoliberal (Johnsen & Sørensen, 2017; Mars, 2023).

Para além da questão de classe, no entanto, outros marcadores sociais, como gênero, têm se mostrado relevante para entender o contexto do empreendedorismo (Ahl & Marlow, 2012; Lima & Mascena, 2024). Estudos críticos feministas têm buscado desnaturalizar a suposta neutralidade nos estudos da área, colocando o gênero como categoria social chave para analisar o empreender (Ahl, 2006; Calás et al., 2009; Ahl & Marlow, 2012; Phillips & Knowles, 2012; Stead, 2017; Marlow, 2020; Dy & MacNeil, 2023). Afinal, se no imaginário social o empreendedor é o homem (ocidental, branco, cisheterossexual), pioneiro, criativo e desbravador (Ahl & Marlow, 2012), de que forma ocorre o processo de pertencimento de mulheres neste universo?

Este questionamento se relaciona a noção de normal x anormal, lícito e ilícito e

evoca ainda mais questões sobre o que é ser pertencente ou ser excluído, aceito ou marginalizado no campo do empreendedorismo (Calás et al., 2009; Stead, 2017). Sobre isso, pesquisas têm surgido nos estudos críticos feministas buscando discutir outros marcadores como raça, classe, idade, etnia, deficiência, etc. no campo do empreendedorismo (Ahl & Marlow, 2012; Stead, 2017; Dy & MacNeil, 2023). A próxima sessão traz um breve apanhado histórico sobre gênero, sua aplicação no contexto empreendedor e sua relação com a teoria da interseccionalidade.

3 Gênero e interseccionalidade no empreendedorismo

Os primeiros estudos que abordam questões de gênero no empreendedorismo são datados de 1970, foram publicados no Norte Global, e buscavam compreender as principais diferenças entre homens e mulheres, ou seja, suas motivações, dificuldades e características (ver em Ahl, 2006). O 'empreendedorismo feminino', termo comumente usado para estudar mulheres empreendedoras, (Silva et al., 2024), buscava analisar principalmente questões comportamentais das empreendedoras. Em uma revisão da literatura nacional e internacional sobre o tema, Gomes *et al.* (2014) observaram que havia certo consenso nas pesquisas dos anos 70 e 80, em acreditar que os problemas enfrentados pelas empreendedoras eram de caráter biológico, ou seja, o sexo era elemento desencadeador das diferenças. Neste sentido, pouco se falava sobre o contexto sociocultural no empreendedorismo feminino. Em 1990 surgiram pesquisas em outras localidades, fora do eixo EUA-Europa, havendo, segundo os autores, um crescente interesse pelo tema em locais como a Ásia e a América Latina.

No Brasil, os primeiros estudos surgiram na década de 90, com foco no comportamento gerencial de empreendedoras. O primeiro artigo publicado sobre empreendedorismo feminino no país, segundo revisões da literatura feitas pelas autoras Camargo e Oliveira (2021) e Elias e Machado (2024), é da professora Hilka Pelizza Vier Machado, intitulado "Tendências do comportamento gerencial da mulher empreendedora", publicado em 1999. Neste artigo, Machado (1999) analisa as principais características no modo de gerenciar das empreendedoras. A autora, considerada referência no campo em número de artigos publicados, aborda temas similares em outras pesquisas, como os significados de sucesso e fracasso de empreendedoras no Brasil a partir de características pessoais (Camargo & Oliveira, 2021). Em outro artigo, Machado *et al.* (2010) observaram que as poucas pesquisas brasileiras sobre empreendedorismo feminino no país buscaram analisar a 'competência feminina' e o 'comportamento empreendedor'. As tentativas de traçar um "perfil" da mulher empreendedora brasileira permaneceram ao longo da primeira década dos anos 2000, seguindo a tendência internacional da área e reforçando estereótipos de gênero (Gomes et al., 2014, p.334).

Em uma revisão de literatura mais recente, nos anais dos Encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnAnpad), Elias e Machado (2024) observaram que dos 21.057 trabalhos apresentados entre 1997 até 2021, apenas 530 trataram sobre gênero nas organizações. O EnAnpad é o maior evento brasileiro de Administração, e segundo maior do mundo, sendo bastante representativo no campo, em especial no Sul Global. Partindo da base de dados do evento, disponibilizada pelas autoras, observamos que apenas 46 artigos abordaram gênero e empreendedorismo ao longo dos 14 anos analisados. Analisando a temática desses artigos, identificamos que somente 10 deles abordaram o empreendedorismo criticamente. Isso reforça uma crítica existente na literatura sobre a falta de

diversidade epistemológica na produção científica que trata de empreendedorismo feminino no Brasil, já apontada por Gomes e companheiros em 2009. Os autores observaram que a Teoria Feminista Liberal serviu como base para quase 70% de todos os artigos publicados na área até o momento da pesquisa. Isso talvez ajude a explicar porque os principais temas abordados nos artigos estão ligados a “competência e comportamento empreendedor”, “criação de empresas”, “capital de risco e financiamento” e “fatores de sucesso e fracasso” (Gomes *et al.*, 2009, p. 7).

A ontologia funcionalista dominante sustenta a maioria das pesquisas sobre gênero que seguem uma postura feminista liberal, ou seja, defendem a ideia de que a atividade empreendedora é uma carreira desejável e benéfica em que muitas mulheres são excluídas por desigualdades de gênero (Marlow, 2020). A dicotomia entre homens e mulheres existe, pois, a academia é dominada por homens brancos que seguem reforçando valores masculinos (Elias e Machado, 2024). Assim, o paradigma funcionalista segue sustentando a lógica de que o empreendedorismo é bom para economia, então é bom para todos, inclusive para as mulheres (Marlow, 2020). O cenário acadêmico de pesquisas sobre mulheres empreendedoras não sofreu tantas alterações ao longo dos anos (Elias & Machado, 2024). Há um caráter neoliberal implícito em muitos dos discursos ao tratar a atividade empreendedora de forma inquestionavelmente benéfica.

Estudos mais críticos do campo surgiram nesse cenário, mas de forma bem incipiente. No caso do Brasil, um exemplo de pesquisa crítica sobre gênero e empreendedorismo publicada no EnAnpad foi o de Dias *et al.* (2006). Ao analisar o discurso jornalístico de 14 matérias sobre empreendedoras brasileiras na revista Exame, as autoras observaram que as mulheres são retratadas publicamente a partir de suas características físicas e comportamentais, sempre comparadas aos empreendedores homens. O estudo faz uma crítica à forma como a atividade empreendedora é propagada nos meios públicos, a partir de um discurso que “renova a fé no individualismo e no personalismo do sujeito, com enfoque no discurso liberal calcado na meritocracia” (p.13). Consideramos que o estudo adota uma perspectiva crítica, pois questiona a universalização de sujeitos empreendedores e a falta de aspectos culturais, históricos, econômicos e sociais na análise empreendedora.

Na edição do EnAnpad de 2021, Santos *et al.* (2021) apresentam um debate sobre raça no empreendedorismo feminino. As autoras discutem o conceito de empreendedorismo feminino negro, desenvolvido por mulheres negras, pretas e pardas, e fazem uma crítica ao feminismo tradicional. Para as autoras, esse feminismo não leva em consideração barreiras estruturais e indenitárias que não as de gênero. Sobre isso, Marlow (2020) traz uma crítica de que o feminismo liberal credita as desigualdades sociais apenas ao fator gênero, havendo um encorajamento para que mulheres se libertem e optem pelo empreendedorismo sob o lema de realizarem seu potencial individual, se tornarem mais autoconfiantes e buscarem equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Para a autora, esses apelos são apoiados em modelos femininos populares “baseados em mulheres brancas, heterossexuais, jovens, atraentes e de classe média” (p.6). Ela traz como exemplo a empresa Mattel que passou a produzir, a partir de 2014, uma “Barbie Empreendedora”. Sua imagem corporal “reflete o trabalho estético necessário para representar a feminilidade desejável, mas, para mesclar isso com o sucesso empresarial, ela recebe um escritório, uma pasta e um terno elegante” (Marlow, 2020, p.6).

É preciso fazer uma análise crítica aos estudos de empreendedorismo, inclusive os de empreendedorismo feminino, se não estamos apenas reproduzindo lógicas

neoliberais que acabam por marginalizar quem não se vê representado por modelos normalizantes. Nesse sentido, se de um lado mulheres não se veem representadas nos discursos padrões sobre empreendedorismo, por não serem homens, mulheres negras não se veem representadas nos discursos padrões do empreendedorismo feminino, por não serem mulheres brancas, como apontam Santos *et al.* (2021). Para além dos diversos questionamentos a respeito de gênero no empreendedorismo, é preciso ampliar as análises para incluir outros marcadores sociais que são igualmente estruturantes. Assim, se o campo do empreendedorismo vem sendo teorizado dentro de uma estrutura de gênero (tendo o homem como ideal empreendedor), ressaltamos o campo também tem sido descrito de maneira eurocêntrica e étnico-racial (Dy & MacNeil, 2023).

Críticas a universalização da mulher surgiram, em especial a partir de feministas negras, questionando a invisibilidade de questões vividas por mulheres negras e mulheres periféricas, por exemplo (hooks, 1984). A interseccionalidade surge nesse contexto a partir da insatisfação, principalmente do feminismo negro, da falta de pautas antirracistas nos debates públicos e acadêmicos feministas (Dy & MacNeil, 2023). Houve um fracasso, segundo Akotirene (2019), autora brasileira, no movimento feminista em contemplar mulheres negras. A próxima sessão apresenta os conceitos da interseccionalidade e sua relação com o campo do empreendedorismo.

3.1. Interseccionando a analítica do empreendedorismo

A interseccionalidade é uma ferramenta teórico-política que busca explicar como diferentes sistemas de opressão e discriminação se sobrepõem e se inter-relacionam, criando experiências únicas de marginalização e privilégio para indivíduos, em função de suas múltiplas identidades sociais (Crenshaw, 1997). O conceito de interseccionalidade foi desenvolvido por Kimberlé Crenshaw em 1989, que buscava uma forma de explicar como mulheres negras vêm sofrendo contínuas discriminações. Para a autora, as experiências de mulheres negras eram negligenciadas tanto pelo feminismo não negro, focado principalmente nas vivências de mulheres brancas, quanto pelo movimento antirracista, centrado nas experiências de homens negros. Ela argumenta que essas abordagens tratavam raça e gênero como categorias isoladas, deixando de lado as experiências daqueles que vivem simultaneamente em mais de uma dessas categorias (Crenshaw, 1997).

Mais do que um conceito descritivo, a interseccionalidade se apresenta como um instrumento analítico e político que articula eixos estruturais inseparáveis como racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, que “produzem avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais” (Akotirene, 2019, p.14). O conceito teorizado por Crenshaw, sobre a exclusão “simultânea das mulheres negras das categorias de “negra” e “mulher” – derivava desta longa tradição de um feminismo consciente tanto do racismo como do sexismo, bem como de outras dimensões de marginalidade e discriminação” (Dy & MacNeil, 2023, p.2). O conceito inicial tem como foco as categorias sociais raça, gênero e classe, mas permite abarcar outros sistemas de opressão, como capacitismo, etarismo e homofobia, sistemas que se interseccionam e impactam as pessoas de formas únicas e interdependentes, criando condições específicas de opressão e privilégio (Akotirene, 2019).

A interseccionalidade tem sido considerada “como não apenas a contribuição mais significativa do feminismo negro para a teoria feminista, mas da teoria feminista para a teoria social em geral” (Dy & MacNeil, 2023, p.2). Ressaltamos que já havia no

Brasil uma discussão sobre a importância de outras categorias sociais para além de gênero, que impactavam a vida de mulheres. Lélia Gonzalez, por exemplo, já desenvolvia estudos em 1984 interseccionando raça, gênero e classe e como estruturam as construções de saberes considerados legítimos, sendo pioneira ao articular categorias sociais (Matos & Oliveira, 2025). Helena Hirata, em 1989, também já relacionava gênero, classe e divisão sexual do trabalho em suas pesquisas (Elias e Machado, 2024).

Sobre isso, Teixeira e colaboradoras (2021) destacam a importância das contribuições do Sul Global para a interseccionalidade, citando autoras brasileiras como Beatriz Nascimento e Sueli Carneiro. Há mais de 20 anos atrás, a filósofa brasileira Sueli Carneiro (2003), escritora e ativista antirracista do movimento social negro brasileiro, já criticava a universalização do 'conceito mulher', questionando lutas feministas como a do direito ao trabalho. Segundo ela, mulheres negras sempre trabalharam, nunca foram consideradas frágeis a ponto de ficarem em casa para serem 'protegidas' por seus homens. Ela traz então o questionamento: a luta pelo direito ao trabalho faz sentido para essas mulheres?

Trazendo como exemplo a questão de trabalho no Brasil, sabe-se que as disparidades salariais não deveriam ser analisadas apenas pela ótica de gênero. A renda média de mulheres trabalhadoras, segundo Fernandez (2019), "é menor do que a renda média de homens trabalhadores: com as mulheres recebendo em média 73,8% dos rendimentos dos homens". Mas essa disparidade é ainda mais gritante quando comparada às mulheres negras, que "ainda não alcançaram 40% da renda dos homens brancos" (Fernandez, 2019, p.98). A importância de se levantar dados como esses é para destacar que as mulheres não são um conjunto homogêneo. As desigualdades de raça e de gênero "continuam fazendo [com] que mulheres negras sofram uma dupla discriminação, o que as coloca em uma pior condição no mercado laboral" (Cotrim et al., 2020, p.7).

No que diz respeito ao empreendedorismo, usando ainda o exemplo brasileiro, segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2023), 52% do total de empreendedores no país são negros. No entanto, quando o assunto são os ganhos com os empreendimentos, têm-se que empreendedores negros possuem uma média de ganhos 32% menor do que empreendedores brancos. Para além da análise separada de gênero e de raça, quando combinadas as duas categorias percebe-se uma disparidade ainda maior. Empreendedores brancos do sexo masculino têm média de ganhos mensais de R\$ 3.231,00, seguidos por mulheres brancas que faturam em média R\$ 2.706,00. Homens empreendedores negros, faturam em média R\$ 2.188,00, enquanto a média mensal de ganhos das empreendedoras negras é de R\$ 1.852,00, a menor entre todos os demais. Ou seja, 42% a menos do que empreendedores homens brancos.

Exemplos como esses expõem a importância de uma análise interseccional na área de Administração, buscando compreender as múltiplas desigualdades estruturais nas organizações (Elias & Machado, 2024). Matos e Oliveira (2025) ressaltam a importância da interseccionalidade para o campo dos Estudos Organizacionais como uma forma de compreender o 'racismo genderizado' que incide sob mulheres negras, e que ocorre a partir das relações sociais. No que diz respeito ao campo do empreendedorismo, a interseccionalidade pode ser um meio de se desenvolver uma "investigação feminista aprofundada, ciente das estruturas sociais, reflexividade e práxis, que o campo historicamente carece" (Dy & MacNeil, 2023, p.2). Assim, uma das formas de se debater a atividade empreendedora de forma crítica, de acordo com

Marlow (2020), é adotando a abordagem interseccional, que busca questionar a noção sempre positiva do empreendedorismo.

Apesar do campo do empreendedorismo ter estudos que datam a partir de 1755 (Cantillon) e da interseccionalidade ser debatida desde pelo menos 1989 (Crenshaw), as duas áreas passaram a conversar há menos de duas décadas. O primeiro artigo que relaciona as temáticas de empreendedorismo e interseccionalidade, segundo revisão bibliométrica realizada por Lima e Teixeira (2024), é datado de 2005, da professora Adia Harvey, da Universidade de Washington. Intitulado “*Becoming Entrepreneurs: Intersections of Race, Class, and Gender at the Black Beauty Salon*”, o artigo analisa como empreendedoras negras vivenciam as interseções de raça, gênero e classe em seus negócios. Estudos como esse, que relacionam os dois campos, foram sendo desenvolvidos de maneira mais tímida no Norte Global nos primeiros anos que sucedem a pesquisa de Harvey. O aumento do interesse em relacionar as duas áreas vem acontecendo de 6 anos para cá, segundo Lima e Teixeira (2024), o que demonstra que tem havido crescente interesse pela temática de pesquisa nos últimos anos.

No campo da Administração no Brasil, ainda são escassos os estudos que mobilizam mais de um eixo social analítico de forma articulada. Como poucos artigos utilizam explicitamente o termo *interseccionalidade* no título, nas palavras-chave ou no resumo, Elias e Machado (2024) realizaram uma busca manual nos anais do EnANPAD, identificando trabalhos que pudessem ser classificados em uma ou mais categorias sociais. Embora o foco das autoras não seja o empreendedorismo, mas sim os estudos organizacionais de modo geral, a base de dados por elas construída — abrangendo o período de 1997 a 2021 — foi utilizada nesta pesquisa como ponto de partida para uma análise mais específica. Aplicamos dois filtros complementares: (1) artigos que tratam de empreendedorismo e (2) artigos que mobilizam pelo menos duas categorias sociais em sua análise. A partir desse recorte, identificamos apenas seis artigos que articulam o campo do empreendedorismo com uma abordagem interseccional nos 14 anos analisados. Desses, quatro combinam os marcadores de gênero e classe, um aborda gênero e sexualidade, e apenas um discute simultaneamente gênero e raça — o estudo de Santos et al. (2021), já citado anteriormente, que trata do empreendedorismo de mulheres negras.

Em uma segunda etapa da pesquisa, realizamos uma busca direta nos anais do EnANPAD utilizando o termo “interseccional*”, com o objetivo de identificar trabalhos mais recentes que articulassem essa abordagem teórica ao campo do empreendedorismo. O resultado evidenciou a escassez de produções: apenas dois artigos abordam explicitamente a interseccionalidade nesse recorte. O primeiro, intitulado “*Interseccionalidades no Discurso de Mulheres Empreendedoras: contribuições à luz da Teoria Feminista Decolonial*” (Silva et al., 2024), analisa os discursos de mulheres empreendedoras atuantes nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM), evidenciando os desafios enfrentados em espaços tradicionalmente masculinos. Entre os obstáculos relatados, destacam-se o baixo reconhecimento profissional, a desvalorização do trabalho realizado, as disparidades salariais e as dificuldades de conciliação entre trabalho e responsabilidades de cuidado. As autoras ressaltam, ainda, o papel central dos movimentos feministas e das redes de apoio como elementos estruturantes das trajetórias empreendedoras dessas mulheres.

O segundo artigo, “*As articulações entre Empreendedorismo e Interseccionalidade: uma revisão sistemática temática e análise bibliométrica*” (Lima

& Teixeira, 2024), oferece uma visão panorâmica da produção internacional sobre o tema, por meio de uma análise bibliométrica e de uma revisão temática que contempla as categorias de gênero, etnia e raça. As autoras concluem que, apesar da crescente incorporação do termo “interseccionalidade” na literatura internacional, a categoria raça permanece amplamente negligenciada nas publicações sobre empreendedorismo. Essa lacuna também se evidencia no contexto brasileiro: embora se observe, nos últimos anos, um maior interesse pelo uso da lente interseccional na análise do fenômeno empreendedor, os artigos publicados no EnANPAD indicam uma persistente ausência de abordagens que mobilizem de forma consistente a dimensão racial. Apesar de haver contribuições relevantes sobre raça nos Estudos Organizacionais no Brasil (Teixeira et al., 2020; Teixeira et al., 2021), essa discussão ainda é incipiente quando direcionada especificamente ao campo do empreendedorismo, revelando um esvaziamento da pauta racial mesmo em pesquisas que se propõem interseccionais.

Mesmo ao ampliarmos os critérios de busca nos anais do EnANPAD, utilizando termos como “empreendedorismo negro”, “afroempreendedorismo” e “empreendedorismo feminino negro”, cujo foco são as questões de raça, identificamos apenas três artigos ao longo dos 17 anos de evento — um para cada um desses temas. Esse dado reforça a escassez de produções que abordem de forma consistente a interseção entre raça e empreendedorismo no campo da Administração. Diante disso, torna-se ainda mais relevante resgatar as origens teórico-políticas da interseccionalidade, tal como formulada por Crenshaw (1989) e aprofundada por autoras como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, cujas contribuições foram centrais para a consolidação do pensamento feminista negro no Brasil. É fundamental lembrar que a interseccionalidade não se resume a uma técnica analítica para o cruzamento de categorias sociais, mas trata-se de uma proposta crítica que carrega, em sua gênese, um compromisso antirracista. Mesmo em estudos cujos participantes se apresentam como racialmente homogêneos, a dimensão racial permanece operando nas estruturas sociais que moldam o empreendedorismo.

Nesse sentido, alinhamo-nos à crítica de Dy e MacNeil (2023, p.4), que alertam para o risco de uma “interseccionalidade genérica” — uma aplicação diluída e despolitizada do conceito, frequentemente empregada para investigar “minorias” empreendedoras, mas sem qualquer debate substancial sobre raça. Como enfatizam as autoras, a interseccionalidade não é uma ferramenta neutra para analisar toda e qualquer desigualdade social, mas uma abordagem enraizada em uma tradição de denúncia do feminismo negro das múltiplas formas de opressão vividas. Assim, mesmo nos estudos em que há a mobilização de múltiplos marcadores sociais, tem havido uma tendência à diluição do caráter antirracista da interseccionalidade. Isso resulta em abordagens que negligenciam a complexidade das experiências de empreendedores e empreendedoras negras no Brasil. Tal constatação reforça, portanto, a necessidade de resgatar as origens do conceito, dando o devido destaque ao feminismo negro, reforçando a interseccionalidade como uma ferramenta teórico-metodológica-política de capacidade analítico-reflexiva, comprometida com a transformação social e com o enfrentamento das desigualdades estruturais.

Entendemos dessa forma que adotar uma perspectiva interseccional permite deslocar o olhar tradicional do empreendedorismo, centrado em uma figura idealizada, branca, masculina e autossuficiente, para uma análise mais crítica, plural e situada socialmente. Na próxima seção, sistematizamos uma proposta de diálogo entre as áreas.

4 Por um empreendedorismo interseccionado: uma proposta de diálogo no Brasil

Esse capítulo é uma proposta de diálogo entre os campos do empreendedorismo e da interseccionalidade no Brasil. As diferenças ontológicas e epistemológicas dos campos apresentam desafios significativos para esse diálogo. A genealogia do empreendedorismo é um fenômeno constituído dentro do capitalismo, ou seja, historicamente emerge de uma matriz ontológica individualista, vinculada a uma economia neoliberal capitalista. Sua perspectiva epistemológica tradicionalmente privilegia o indivíduo como agente autônomo, dotado de habilidades excepcionais para a geração de riqueza e inovação, enfatizando meritocracia, independência e competição como valores centrais. Há, portanto, dentre outras questões, uma lógica do individualismo como princípio estruturante; uma valorização do capital; e uma neutralização do contexto histórico, em que a narrativa empreendedora apaga as condições materiais que permitem o "sucesso" empresarial – como acesso a crédito, educação e questões culturais –, tratando-o como resultado de "talento inato".

Por outro lado, a interseccionalidade, desenvolvida no contexto do feminismo negro, nasce de uma crítica profunda às estruturas sociais opressivas. Sua ontologia é relacional e sistêmica ao reconhecer a indivisibilidade e interdependência dos diversos marcadores sociais (raça, gênero, classe, sexualidade, etc.) na construção das identidades e experiências sociais. Há, portanto, uma crítica as formas de opressão e exploração que advém de práticas capitalistas. Epistemologicamente, a interseccionalidade desafia as narrativas hegemônicas e universalistas, enfatizando a produção de conhecimentos situados, críticos e politicamente comprometidos com a justiça social.

Apesar das aparentes tensões entre os campos, acreditamos que elas não inviabilizam um diálogo entre eles, mas exigem mediações epistemológicas críticas. Acreditamos que o empreendedorismo é uma atividade inerentemente interdependente, pois emerge em contextos de relações sociais, culturais e econômicas que vão além da ideia da personalidade empreendedora. Assim, a dimensão social e contextual, intrínseca ao fenômeno empreendedor, não podem ser negligenciadas. Neste sentido, propomos categorias de mediação buscando possibilitar um diálogo efetivo e coerente entre esses dois campos:

1. Prática Reflexiva: Incentivar a adoção de uma postura crítica e consciente por parte de pesquisadores (as), formuladores (as) de políticas e empreendedores (as) diante das estruturas sociais que moldam as práticas empreendedoras. Isso implica reconhecer que o empreendedorismo não ocorre em um vácuo neutro, mas é atravessado por relações históricas de poder, desigualdade e exclusão. A prática reflexiva exige o questionamento constante sobre quem tem acesso a recursos, quais vozes são legitimadas e quais narrativas são silenciadas.

Para operacionalizar essa categoria na prática, sugere-se o uso de diários reflexivos, autoetnografias ou da escrevivência (Matos & Oliveira, 2025), bem como uma análise crítica do posicionamento do (a) pesquisador (a) ao longo de todas as etapas da pesquisa. Em entrevistas, por exemplo, é possível estimular que os (as) entrevistados (as) compartilhem sentimentos, dúvidas e percepções sobre privilégios e opressões vividas, ampliando o espaço para uma reflexão crítica conjunta.

2. Contextualização: Compreender o empreendedorismo não como uma atividade individualista, mas como um fenômeno social situado, moldado por estruturas históricas, culturais e políticas. Propomos, portanto, compreender os

sujeitos empreendedores não como figuras autônomas e descontextualizadas, mas como agentes imersos em redes de opressão e resistência. A contextualização rompe com a visão neutra e universalista do empreendedorismo tradicional, inserindo-o em análises mais amplas sobre desigualdades sociais e históricas.

Para operacionalizar essa abordagem, é recomendável adotar pesquisas com perspectiva histórica, cartografias sociais e o uso de dados secundários (como SEBRAE, GEM, IBGE). Em entrevistas, por exemplo, pode-se mapear elementos do entorno — como a história do bairro, o acesso a políticas públicas, formas de transporte, estrutura familiar — para compreender como a trajetória empreendedora está enraizada em dinâmicas sociais, culturais e institucionais que ampliam ou restringem as oportunidades.

3. Coletividade: Analisar o empreendedorismo a partir de sua coletividade — não como um tipo específico de empreendimento coletivo, mas como um princípio analítico aplicável a qualquer forma de empreender. Mesmo nos casos tradicionalmente exaltados como individuais — como os de Bill Gates ou Elon Musk, por exemplo —, a lente da coletividade permite questionar: “quem mais estava ali?”, “quais redes, estruturas e apoios possibilitaram esse sucesso?”. Essa abordagem desloca o foco do sujeito excepcional e propõe uma análise coletiva das trajetórias empreendedoras. A noção de coletividade tem forte base no feminismo negro, que historicamente reconheceu a união como forma de sobrevivência, liberdade e mobilidade social (Lima & Mascena, 2024).

Para operacionalizar essa categoria, sugerimos reconstituir as redes de apoio e interdependência que sustentam as experiências empreendedoras — inclusive em contextos tradicionais como startups, empresas familiares ou grandes corporações. Técnicas como entrevistas em rede, histórias de vida cruzadas e análises de narrativas midiáticas podem ajudar a revelar como o sucesso é socialmente produzido, e não fruto de ações individuais isoladas. Por exemplo, ao analisar a trajetória de empreendedores como Bill Gates, uma abordagem interseccionada e coletiva poderia questionar: “quem eram os engenheiros invisibilizados da Microsoft?”, “quais redes educacionais, familiares e institucionais sustentaram esse percurso?”. A coletividade, nesse caso, não se refere à forma jurídica da empresa, mas às estruturas relacionais que tornam o sucesso possível — muitas vezes apagadas pelas narrativas meritocráticas.

Ao articular as categorias de mediação — prática reflexiva, contextualização e coletividade —, acreditamos ser possível superar as limitações das análises tradicionais sobre o empreendedorismo, que frequentemente desconsideram a complexidade das relações sociais e o papel das estruturas de poder e privilégio. Essa integração permite situar o fenômeno empreendedor em sua dimensão social, histórica e política, reconhecendo que nenhuma trajetória empreendedora ocorre de forma isolada ou neutra. É a partir dessa perspectiva crítica e ampliada que propomos o conceito de **empreendedorismo interseccionado**: *uma analítica crítica, e não uma nova tipologia, que reconhece o empreendedorismo como fenômeno social, político e econômico, atravessado por múltiplos sistemas de opressão e privilégio — tais como raça, gênero, classe, sexualidade, entre outros. Trata-se de um olhar situado, que desloca o foco da figura do indivíduo autônomo e meritocrático, para uma compreensão relacional das experiências empreendedoras. Essa perspectiva valoriza formas de colaboração invisibilizadas, mapeia os condicionantes estruturais que moldam oportunidades – ou a falta delas – e destaca as estratégias de resistência construídas por diferentes sujeitos em contextos desiguais.*

O empreendedorismo interseccionado não se restringe a um tipo específico de empreendedor ou empreendedorismo, mas se configura como uma analítica crítica que reconhece a pluralidade de experiências e desafios enfrentados. Essa analítica se difere de propostas do Norte Global, como a de Yamamura e Lassalle (2024, p.2) que definem “empreendedores interseccionais” como sendo aqueles que são:

“multiplamente marginalizados devido às suas dimensões de diversidade, como o desvio da norma respectiva da sociedade dominante, por exemplo, em termos de orientação sexual, identidade de gênero, raça, etnia, cidadania, bem como atributos físicos, mentais e neurológicos. Situados na intersecção de diferentes estruturas de opressão, esses empreendedores vivenciam discriminações em diferentes frentes em suas vidas cotidianas”.

Mesmo que a intenção dos autores ao criar a expressão seja uma crítica ao silenciamento de empreendedores considerados marginalizados, isso acaba reforçando a lógica dicotômica entre opressor e oprimido. Há, portanto, uma separação entre sujeitos e sujeitas, como se os interseccionais pertencessem aos grupos dos ‘outros’. Ou seja, como se os opressores também não ocupassem lugares de privilégios, que são também interseccionados, ou como se também não fossem ‘empreendedores interseccionais’. Entendemos aqui, a partir de uma perspectiva do Sul Global, que todo empreendedorismo pode ser analisado a partir de uma perspectiva interseccional, pois todo indivíduo é interseccionado por categorias sociais, mesmo que por categorias de privilégio. Não buscamos, portanto, um conceito que trate especificamente das chamadas ‘minorias sociais’, mas propomos um contraponto a partir de uma abordagem que analisa criticamente o fenômeno do empreendedorismo em sua totalidade.

Ao trabalharmos a partir das premissas do empreendedorismo interseccionado, buscamos contribuir para a produção de conhecimentos críticos, situados e socialmente comprometidos com a transformação de realidades desiguais.

5 Conclusão

Ao longo deste artigo argumentamos que o campo do empreendedorismo, historicamente marcado por uma perspectiva individualista, meritocrática e alinhada ao imaginário neoliberal do “herói empreendedor”, carece de abordagens que considerem a complexidade das relações sociais, culturais e políticas que moldam as trajetórias empreendedoras. Demonstramos como a interseccionalidade, em sua dimensão teórico-metodológica e política, oferece uma lente crítica capaz de desnaturalizar as narrativas universalistas e de evidenciar tanto privilégios quanto opressões que atravessam todos os sujeitos sociais, independentemente de sua posição social ou marcadores identitários.

Apesar da importância da interseccionalidade para a Administração (ver em Elias e Machado, 2024) e para os Estudos Organizacionais (Teixeira *et al.*, 2020; Teixeira *et al.*, 2021; Matos & Oliveira, 2025), identificamos que o diálogo entre empreendedorismo e interseccionalidade ainda é incipiente no Brasil. Isso fica ainda mais evidente quando se trata da produção de estudos que articulam de forma consistente múltiplos marcadores sociais, como gênero, raça e classe – especialmente a questão de raça. A literatura analisada, em especial a internacional, ainda tende a tratar a interseccionalidade como ferramenta para analisar “minorias”, negligenciando a dimensão estrutural dos privilégios e a pluralidade das experiências empreendedoras.

Ao articular as categorias de mediação — prática reflexiva, contextualização e coletividade —, procuramos oferecer caminhos epistemológicos e metodológicos para deslocar o olhar da figura do “empreendedor herói” para um entendimento social situado e coletivo do fenômeno empreendedor, que emerge de contextos históricos, culturais e políticos específicos, sobretudo no Sul Global. Essas categorias não são apenas estratégias metodológicas, mas sim princípios críticos de análise que nos permitem tensionar a produção de conhecimento e ampliar os horizontes do campo. Ao propor o conceito de empreendedorismo interseccionado como uma analítica — e não como uma nova tipologia de empreendedorismo —, buscamos ressaltar que toda experiência empreendedora é situada, relacional e marcada pela interdependência de múltiplos sistemas de opressões e privilégios.

A proposta de um empreendedorismo interseccionado visa complexificar e desnaturalizar os modos como o empreendedorismo tem sido representado, pesquisado e ensinado. Ao reconhecer que toda trajetória empreendedora é atravessada por relações de poder, marcadores sociais e condições contextuais, afirmamos a necessidade de uma lente analítica mais comprometida com a justiça social, com a pluralidade epistêmica e com a valorização de narrativas historicamente marginalizadas. Diante das proposições apresentadas, sugerimos perguntas como forma de estimular reflexões e como ponto de partida para acadêmicos que buscam estabelecer um diálogo entre as áreas debatidas:

1) como incorporar a prática reflexiva, como princípio permanente de pesquisa e ensino em empreendedorismo, de modo a explicitar e tensionar discursos e regimes de invisibilidade? 2) de que maneira as análises contextuais podem ser operacionalizadas para mapear as redes de exclusão e suporte que moldam as trajetórias empreendedoras em diferentes territórios e interseções sociais? 3) como aplicar a lente da coletividade na análise de casos consagrados do empreendedorismo tradicional, deslocando o foco do indivíduo excepcional e revelando as interdependências invisibilizadas? 4) como as dinâmicas de poder, privilégio e opressão se manifestam nas narrativas e representações do empreendedorismo, tanto na academia quanto na mídia e nas políticas públicas? 5) de que maneira políticas de fomento ao empreendedorismo e programas de capacitação incorporam — ou negligenciam — a perspectiva interseccional? Avalie seus impactos na redução — ou reprodução — das desigualdades estruturais no Brasil.

Ao propor essas perguntas, buscamos fomentar uma postura investigativa aberta, crítica e comprometida com a transformação das estruturas que naturalizam desigualdades no campo do empreendedorismo. Esperamos que tais reflexões sirvam como convite para que pesquisadores (as), educadores (as), formuladores (as) de políticas e demais agentes sociais avancem no diálogo entre empreendedorismo e interseccionalidade, contribuindo para a construção de um campo mais plural, reflexivo, situado e socialmente comprometido.

Referências

Ahl, H. (2006). Why research on women entrepreneurs needs new directions. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 30(5), 595-621.

Ahl, H., & Marlow, S. (2012). Exploring the dynamics of gender, feminism and entrepreneurship: Advancing debate to escape a dead end. *Organization*, 19(5), 543-562.

Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo, SP: Pólen Produção Editorial Ltda.

Ben-Hafaïedh, C., Champenois, C., Cooney, T. M., & Schjoedt, L. (2024). Entrepreneurship as collective action: The next frontier. *International Small Business Journal*, 42(1), 3-13.

Calás, M. B., Smircich, L., & Bourne, K. A. (2009). Extending the boundaries: Reframing 'entrepreneurship as social change' through feminist perspectives. *Academy of Management Review*, 34(3), 552-569.

Camargo, L. F. R., & de Oliveira, J. S. (2021). Os lugares de fala das mulheres acadêmicas no campo do empreendedorismo no Brasil: Um estudo entre os anos de 2005 e 2020. *Revista de Ciências da Administração*, 23(60), 73-87.

Carmo, L. J. O., Assis, L. B. D., Gomes Júnior, A. B., & Teixeira, M. B. M. (2021). O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal. *Cadernos EBAPE. BR*, 19, 18-31.

Carneiro, S. (2003). Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Racismos Contemporâneos*. Rio de Janeiro, RJ: Takano Editora.

Cotrim, L. R., Teixeira, M., & Proni, M. W. (2020). Desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal no Brasil. *Instituto de Economia, Unicamp*.

Crenshaw, K. (1997). Intersectionality and identity politics: Learning from violence against women of colour. In M. L. Shanley & U. Narayan (Eds.), *Reconstructing Political Theory* (pp. 178–193). Oxford, UK: Polity Press.

Dias, V. T., Secco, G. M., Pessoa, G. R. A., & Wetzel, U. (2006). A idealização da profissional adequadas aos “novos tempos”: análise da construção imagética da mulher “empreendedora” pela Revista Exame. *Encontro nacional dos programas de pós-graduação em administração*, 30, 1-16.

Dy, A. M., & MacNeil, H. (2023). Doing inequality, doing intersectionality: Intersectionality as threshold concept for studying inequalities in entrepreneurial activity. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*.

Dey, P., Fletcher, D., & Verduijn, K. (2022). Critical research and entrepreneurship: A cross-disciplinary conceptual typology. *International Journal of Management Reviews*.

Druck, G. (2021). A tragédia neoliberal, a pandemia e o lugar do trabalho. *O Social em Questão*, (49), 11-33.

Elias, M. L. G. G. R., & Machado, H. P. V. (2024). Interseccionalidade e organizações: uma análise das publicações dos encontros da Associação Brasileira de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. *Gender, Work & Organization*.

Fernandez, B. P. M. (2019). Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem?. *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, (26), 79-104.

Ferraz, J. D. M., & Ferraz, D. L. D. S. (2022). Do espírito do capitalismo ao espírito empreendedor: a consolidação das ideias acerca da prática empreendedora numa abordagem histórico-materialista. *Cadernos EBAPE. BR*, 20, 105-117.

Gartner, W. B. (1988). “Who is an entrepreneur?” is the wrong question. *American journal of small business*, 12(4), 11-32.

GEM. Global Entrepreneurship Monitor. (2023). *Global entrepreneurship monitor. Empreendedorismo no Brasil(Relatório Nacional)*. Curitiba: Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade, Paraná.

Gomes, A. F., Santana, W. G. P., Araújo, U. P. (2009). Empreendedorismo Feminino: o estado-da-arte. *Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração*, 1-16.

Gomes, A. F., Santana, W. G. P., Araújo, U. P., & Martins, C. M. F. (2014). Empreendedorismo feminino como sujeito de pesquisa. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 16(51), 319-342.

Johnsen, C. G., & Sørensen, B. M. (2017). Traversing the fantasy of the heroic entrepreneur. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*, 23(2), 228-244.

Harvey, A. M. (2005). Becoming entrepreneurs: Intersections of race, class, and gender at the black beauty salon. *Gender & society*, 19(6), 789-808.

- hooks, b. (1984). *Feminist theory: From margin to center* Boston. MA: SAGE Publications.
- Kibler, E., & Laine, L. (2024). Counternarrating entrepreneurship. *Business History*, 66(2), 437-454.
- Landström, H. (2020). The evolution of entrepreneurship as a scholarly field. *Foundations and Trends® in Entrepreneurship*, 16(2), 65-243.
- Landström, H., & Benner, M. (2010). Entrepreneurship research: a history of scholarly migration. In *Historical foundations of entrepreneurship research*. Edward Elgar Publishing.
- Lima, Mariana Marques de, Teixeira, Juliana Cristina (2024). As Articulações entre Empreendedorismo e Interseccionalidade: uma revisão sistemática temática e análise bibliométrica. *Anais do XLVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*.
- Lima Feitosa, H., & Mascena, K. M. C. (2024). Mulheres negras empreendedoras e seus comportamentos de superação. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, 18(2), 113-132.
- Machado, H. V. (1999). Tendências do comportamento gerencial da mulher empreendedora. *Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração*, 23.
- Machado, H. V., LEAL, L., Guedes, A. M., & FABRICIO, J. D. S. (2010). Mulheres empreendedoras: retrospectiva e perspectivas de estudos. *Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração*, 34, 1-17.
- Matos, D. V., Oliveira, J. S. (2025) Por uma Administração Ameericana: contribuições do pensamento de Lélia Gonzalez ao campo da Administração no Brasil. *XII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD - EnEO 2025*, 1-18.
- Marlow, S. (2020). Gender and entrepreneurship: past achievements and future possibilities. *International Journal of Gender and Entrepreneurship*, 12(1), 39-52.
- Mars, M. M. (2023). From heroism to martyrdom: Entrepreneurial identity work in alternative market movements. *Marketing Theory*, 23(1), 81-97.
- Ogbor, J. O. (2000). Mythicizing and reification in entrepreneurial discourse: Ideology-critique of entrepreneurial studies. *Journal of management studies*, 37(5), 605-635.
- Ramoglou, S., Gartner, W. B., & Tsang, E. W. (2020). "Who is an entrepreneur?" is (still) the wrong question. *Journal of Business Venturing Insights*, 13, e00168.
- Santos, I. J., Assis, V. S., Ferreira A. S. S. (2021). Empreendedorismo Feminino Negro: Uma Análise Histórica. *Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração*, 1-12.
- SEBRAE (2023). Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Sobrevivência das Empresas. Disponível em: <https://agenciasebrae.com.br/dados/pesquisa-do-sebrae-mostra-que-a-pandemia-atingiu-mais-fortemente-os-empreendedores-negros/>
- Schumpeter, J. A. (1961). *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (Tradução Ruy Jungmann). Rio de Janeiro, RJ: Editora Fundo de Cultura.
- Silva, G. F., Ipiranga, A. S. R., Bizarria, F. P. A. (2024). "Interseccionalidades no Discurso de Mulheres Empreendedoras: contribuições à luz da Teoria Feminista Decolonial". *Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração*, 1-21.
- Tedmanson, D., Verduyn, K., Essers, C., & Gartner, W. B. (2012). Critical perspectives in entrepreneurship research. *Organization*, 19(5), 531-541.
- Teixeira, J. C., Oliveira, J. S. D., Diniz, A., & Marcondes, M. M. (2021). Inclusão e diversidade na administração: Manifesta para o futuro-presente. *Revista de Administração de Empresas*, 61, e0000-0016.
- Williams, C. C., & Nadin, S. J. (2013). Beyond the entrepreneur as a heroic figurehead of capitalism: re-representing the lived practices of entrepreneurs. *Entrepreneurship & Regional Development*, 25(7-8), 552-568.
- Yamamura, S., & Lassalle, P. (2024). Intersectional entrepreneurship: the burden of contextual embeddedness beyond the business. *International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research*.